

O agronegócio da cana-de-açúcar na produção do espaço: desenvolvimento ou ameaça?

*Sônia Maria Ribeiro de Souza¹
Antonio Thomaz Júnior²*

O espaço rural brasileiro sempre diferiu muito espaço rural europeu. Desde sua origem se caracterizou pela produção para o mercado e consumos externos e, em função disso, desde o seu descobrimento as bases de sua produção assumiram características mercantis. Segundo Sergio Buarque de Holanda (1989) isso proporcionou a não formação de uma civilização agrária e sim uma civilização voltada para a produção agrícola. Os colonizadores portugueses implantaram no Brasil um sistema de exploração baseado na grande propriedade trabalhada por escravos e produzindo para o mercado externo.

Nas sociedades agrárias o regime de produção é essencialmente familiar, no Brasil rural, desde sua criação caracterizou-se pela exploração exaustiva da terra, sendo que a abundância de áreas férteis e a grande extensão territorial contribuíram para isso, originando uma noção de valor que não privilegiava a terra, mas apenas seu valor mercadoria.

Herdeiro dessa tradição, o processo histórico de ocupação de terras levou à conformação de um modelo agrário que coloca o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terras do mundo.

Uma das conseqüências perversas dessa hegemonia foi que mais de 1 milhão de famílias de agricultores deixaram o campo no Brasil, na década de 1990. Além disso, ocorreu uma destruição intensa de empregos agrícolas, aumento de concentração da terra, do capital e, conseqüentemente, do poder político. A reforma agrária foi expulsa do campo e o agronegócio tornou-se o símbolo da modernidade, alimentando um modelo agrícola altamente concentrador de renda, voltada para o mercado externo e com um grande potencial destruidor do meio ambiente. Nesse contexto, a reforma agrária passou a ser tratada como uma mera política compensatória ou, pior, acabou engolida por movimentos de contra-reforma agrária.

O avanço do agronegócio no Brasil nas últimas décadas tem sido acompanhado com especial interesse. Pesquisas de fôlego avançaram pelas cadeias produtivas da avicultura, pela fruticultura, pela indústria de máquinas agrícolas. O ganho de produtividade nas lavouras, a modernização na gestão do agronegócio e a adoção de novas tecnologias têm sido objeto de estudo e questionamentos permanentes, mas já não surpreendem.

No que se refere ao agronegócio da cana-de-açúcar, intensificado pelo mercado de biocombustíveis vem sendo estimulado pelas políticas públicas para contenção de mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que é visto pelos órgãos públicos brasileiros e por empresários do agronegócio como uma grande chance para estimular o crescimento econômico nacional.

A análise dos setores canavieiros e de produção de biodiesel comprova que o discurso da suposta ameaça maior, representado pelas mudanças climáticas, é utilizado para justificar a expansão de monoculturas aos custos de desmatamentos, super-exploração de mão-de-obra, concentração de terras, expulsão do agricultor familiar do

¹ Aluna do Curso de Doutorado de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Membro do Grupo de Pesquisa CEGeT (Centro de Estudos de geografia do Trabalho). E-mail: sonirib@bol.com.br

² Prof. Dr. do Curso de Pós-Graduação e Graduação de Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente. Coordenador do CEGeT.

campo, desrespeito às leis trabalhistas, pressão sobre biomas e substituição de cultivos alimentares. Já há uma evidência dos problemas sociais e ambientais decorrentes da crescente expansão desse mercado.

O cultivo de monoculturas em grandes extensões de terra é apontado por movimentos sociais e ambientalistas como provedor de desigualdades no campo e como entrave à reprodução social das populações camponesas. A esse respeito, pesquisadores apontam para os impactos que podem ser verificados sobre a manutenção da agricultura camponesa e mudanças no padrão de produção agrícola, além da ameaça na produção de alimentos. Um relatório interno do Banco Mundial que vazou para o "Guardian"³ sustenta que os biocombustíveis talvez sejam responsáveis por até 75% da alta nos preços dos alimentos. Nem os grupos ambientais foram tão longe em suas estimativas. O relatório alega que os biocombustíveis elevaram os preços dos alimentos mundiais em 75%, sendo responsáveis por mais da metade do salto de 140% nos preços desde 2002 dos alimentos examinados pelo estudo.

O conjunto de interpretações aponta para a construção de um palco complexo e conflitante de idéias, que nem sempre agem de forma esclarecedora, reclamando novas investigações e a ampliação do debate, haja vista os novos elementos e conteúdos colocados para discussão.

Essa perspectiva nos instiga a questionar: Que espaços estão sendo produzidos no país pelas políticas de incentivo ao agronegócio? Que especificidades os particularizam? Qual a lógica que comanda seu processo de produção? Quais os significados e representações que o agronegócio adquire junto às populações interioranas das diversas regiões, especialmente que enfrentam o problema da manutenção e reprodução da vida nos assentamentos rurais?

Os desdobramentos destas questões passam por refletir sobre as relações sociais de poder que estão subjacentes nestes discursos. Ou seja, ampliar o foco de análise acerca da complexa trama de construções discursivas articuladas sobre o desenvolvimento da agricultura capitalista.

Assim, o objetivo dessa comunicação é discutir o desenvolvimento do agronegócio como um modelo hegemônico no interior de uma sociedade capitalista-urbano-industrial marcada pela dicotomia atrasado-moderno, trazendo alguns elementos teóricos para a compreensão do que parece estar na base do discurso do agronegócio, do qual decorre outro, a questão do desenvolvimento como uma das formas de controle social do capital no campo brasileiro.

Nesse sentido, contribuir para avaliar os impactos sociais e ambientais resultantes dessa expansão e mapear a existência de modelos de produção que considerem opções políticas de soberania sobre o território, descentralização e gestão participativa, além dos aspectos meramente tecnológicos.

A lógica do modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro

Desde os primórdios de nossa História, as desigualdades sociais associada à degradação ambiental estão presentes como elemento constitutivo do processo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Em grande medida, este fato se deve à permanente subordinação da agricultura nacional a lógicas econômicas externas, caracterizando-a como setor de transferência de riquezas, a expensas da exploração de trabalhadores e da ação predatória sobre os recursos naturais.

³Matéria veiculada no – UOL - Mídia Global–DER SPIEGEL, em 05/07/2008.

Mas é a partir da década de 1960 do século passado e, sobretudo, desde os anos 70, que a crise se intensifica e se amplia a níveis sem precedentes, como resultado das rápidas e profundas transformações ocorridas na organização socioeconômica do espaço rural.

Do ponto de vista socioeconômico, essas transformações, estimuladas e conduzidas pelo Estado, se assentaram na combinação de duas principais orientações estratégicas:

1) de um lado, favorecer a modernização do latifúndio e a constituição de grandes e médias empresas agrícolas como protagonistas do processo de desenvolvimento agrícola. Essa orientação, traduzida na noção de “modernização conservadora”, significou uma opção alternativa à reforma agrária e se fez em detrimento dos pequenos agricultores familiares – proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros e moradores –, em sua grande maioria excluídos e deixados à margem do processo de modernização.

2) de outro lado, articular a produção agropecuária aos complexos agroindustriais transnacionais de produção de insumos e de transformação industrial, favorecendo ao mesmo tempo a implantação desses complexos em território nacional.

Do ponto de vista técnico, a estratégia modernizadora fundamentou-se no paradigma de desenvolvimento da chamada Revolução Verde. Nos marcos dessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de “pacotes tecnológicos” tidos como de aplicação universal, destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas.

As exigências de consolidação e reprodução em larga escala desse modelo comandaram uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e dos mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura dos mercados. Mudanças atingiram igualmente as instituições de ensino, com objetivo de formar de pesquisadores e profissionais nos marcos dos princípios da filosofia da Revolução Verde.

A participação do Estado, além disso, foi com o estabelecimento de um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas e instituições – que favoreceram a expansão e a consolidação do processo modernizador no meio técnico-científico regulando as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social e técnica da produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1999)

A tendência à homogeneização das práticas produtivas, à simplificação e à artificialização extremada do meio natural por meio da utilização intensiva da mecanização, fertilizantes, agrotóxicos, equipamentos de irrigação, variedades e híbridos de alto rendimento etc., provocaram uma infinidade de impactos: degradação dos solos agrícolas; comprometimento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares, plantas e animais e contaminação de alimentos consumidos pela população. A estes fatores somou-se a lógica econômica que comandou a incorporação do modelo, fundada na maximização dos resultados econômicos a curto prazo em detrimento da reprodução dos equilíbrios naturais.

O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais predatórios, engendrou a fragmentação e a decomposição social e econômica da pequena agricultura familiar. Limitados no acesso à terra, excluídos dos benefícios das políticas públicas, os agricultores familiares se vêem progressivamente reduzidos a estruturas inviáveis e à perda das suas condições de produção.

Após quase quatro décadas da intensificação do processo modernizante na agricultura, há de se fazer uma revisão crítica sobre o grau de alcance das metas programadas para este setor e de seus custos no contexto do desenvolvimento brasileiro. A magnitude dos impactos negativos desse processo sobre a sociedade é indiscutível e sobre os ecossistemas naturais não deixa dúvidas quanto a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

O Brasil chega ao século XXI com indicadores sociais reconhecidamente negativos. As transformações do padrão tecnológico e das relações sociais na agricultura brasileira ocorreram de forma desigual entre as diferentes regiões, as diferentes categorias de produtores e as diferentes atividades agropecuárias.

Originalmente, os principais focos do processo modernizante foram o Centro-Sul, posteriormente, o Centro-Oeste, e, mais recentemente, vastas áreas do Nordeste e da Amazônia, os grandes proprietários de terra e as atividades voltadas para o comércio internacional e/ou vinculadas aos complexos agroindustriais. Esse caráter desigual da modernização agrícola ao mesmo tempo em que acentuou a diferenciação social na agricultura consolidou nela uma estrutura bimodal (FAO/INCRA, 1995 e 2000), marcada pela convivência de duas lógicas de organização da produção que correspondem, em última análise, a dois modelos produtivos essencialmente distintos.

De um lado, encontramos a agricultura empresarial altamente tecnificada, que em geral, são geridas por médios e grandes proprietários de terra que empregam mão-de-obra assalariada e que têm uma produção especializada voltada principalmente para o mercado externo. Do outro, temos os produtores familiares que utilizam poucos insumos externos às propriedades e buscam conviver com as limitações ambientais durante o processo produtivo. Em geral, são pequenos proprietários de terra que empregam fundamentalmente mão-de-obra familiar e mantêm um sistema produtivo diversificado com cultivos e criações voltadas para o autoconsumo e para o mercado interno.

O que vale ser destacado é que eles se orientam por dois modelos opostos: o do controle do meio pela tentativa da máxima artificialização do meio, e o da convivência com as limitações ambientais, pela tentativa de adaptação das atividades produtivas à capacidade de suporte do meio. Embora estes modelos de organização produtiva e de manejo do meio recebam muitas denominações, eles serão aqui identificados, respectivamente, como modelos químico-mecanizado e tradicional.

Os agricultores tradicionais surgiram e se mantiveram historicamente à margem dos latifúndios e das atividades consideradas maiores do sistema, ou seja, das culturas de exportação e, mais recentemente, das culturas vinculadas aos complexos agroindustriais. Mesmo que eventualmente estivessem envolvidos com tais atividades, essas eram realizadas de uma maneira distinta da empregada pelo capital: sem mão-de-obra externa (escravos ou assalariados), com precários instrumentos de trabalho e, muitas vezes, sem a posse legal da terra (neste sentido, não só o pequeno proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro podem ser enquadrados nessa categoria, o que traz profundas implicações sobre a racionalidade de uso dos recursos naturais).

Para se reproduzir enquanto categoria social, esses agricultores desenvolveram sistemas produtivos que prescindem da utilização de insumos externos às propriedades, sendo, por si só capazes de suprir as necessidades básicas, ainda que em condições de adversidade ambiental pronunciada como, por exemplo, na região do semi-árido nordestino. As práticas empregadas nesses sistemas se destinam a otimizar a produtividade a longo prazo e não a maximizá-la a curto prazo. Neste sentido, a

sustentabilidade da exploração agrícola é uma dimensão fundamental considerada nas diferentes estratégias adotadas por esses agricultores.

A expansão do agronegócio da cana-de-açúcar e o discurso do desenvolvimento econômico

A semântica do desenvolvimento está cristalizada na nossa forma de interpretar, ler, representar o mundo. Na acepção mais geral, remete ao processo por meio do qual as potencialidades de um objeto ou organismos são realizadas. A partir dessa acepção a trajetória semântica do conceito de desenvolvimento tem dado lugar a metáforas e sentidos variados: crescimento, progresso, evolução etc. E essa variedade de sentidos tem condicionado as tentativas de redefinição do conceito. De qualquer forma, independente do contexto a expressão não foge à idéia de progresso.

As mudanças nos cenários nacionais e internacionais têm exigido um forte ajuste nas políticas tecno-científicas do país, em razão da necessidade de se incorporar inovações às atividades produtivas. Com isso, o agronegócio ganhou destaque pelo seu caráter estratégico para o desenvolvimento em bases competitivas.

O agronegócio se constitui como um modelo de desenvolvimento pautado num discurso de modernidade que tem como princípio o ideário da eficiência e competitividade. Como consequência tem-se um forte incentivo de ações que visam a sua viabilidade apoiadas na questão da geração de emprego e renda no campo. Nesse sentido, o crescimento econômico depende substancialmente de um “modelo” em que há uma intensificação da produção da agricultura na produção de divisas para sustentar ou mesmo manter o desenvolvimento econômico. É assim que vemos a atuação do agronegócio se espalhar pelo território brasileiro travestido do discurso de uma roupagem moderna em contraposição ao atraso no campo, e também sinônimo de produtividade. Segundo Oliveira (2004, p.8)

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil" e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim, mais terra improdutivo no campo brasileiro.

Nesse sentido, a agroindústria não só se constituiu como um modelo de desenvolvimento agrícola, mas um determinado modelo de desenvolvimento econômico e de relações sociais para os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, isto é, o modelo capitalista. As consequências também já conhecemos: a exacerbação das desigualdades sociais, o desequilíbrio no meio rural, uma vez que os pequenos agricultores e os camponeses foram, e são continuamente privados dos seus meios de produção, sendo expulsos de suas terras e engrossando as fileiras dos trabalhadores assalariados e desempregados, num processo de proletarização. Por outro lado, há cada vez mais uma concentração de recursos, de terra e de renda nas mãos das empresas agroindustriais, que têm o domínio da produção.

Nesse sentido, podemos observar os processos recentes de expansão do agronegócio da cana-de-açúcar no Brasil e, particularmente no Oeste Paulista, são evidências das novas formas de reprodução do capital. Ou seja, o processo de produção

de novas mercadorias, no caso, toda a cadeia produtiva da cana para a geração de energia limpa e de carros flex, mas também os rearranjos na estrutura fundiária, por meio da apropriação da terra, que se transforma em mercadoria e fonte de riqueza para os agentes do agronegócio. Também são evidenciados outros processos como: o uso seletivo da terra, a grilagem de terras devolutas, a expropriação de camponeses, a exploração brutal da força de trabalho por meio da precarização, flexibilização das relações contratuais, a imposição do trabalho abstrato em detrimento das formas tradicionais de reprodução da vida, a degradação dos ambientes naturais. Estes são alguns elementos que caracterizam a reestruturação produtiva do capital e processo de modernização na atualidade. Ou como afirma Thomaz Jr. (2008, p.12),

(...) ao mesmo tempo em que o capital impõe mudanças [...] o faz através de princípios excludentes, amplificando em demasia as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, de terra, de renda e de poder. As variações de lugar para lugar, na adoção/sofisticação de formas regressivas, nas relações de trabalho, na subordinação de camponeses e médios produtores à sistemática oligopólica, evidenciam toda a indiferença do capital com o meio ambiente, por meio das práticas destrutivas e degradantes, que juntas impactam profundamente nas formas de uso/exploração do território.

Esse processo, entretanto não se fez sozinho. A participação do Estado, historicamente sempre foi fundamental para a transformação das relações de produção no campo representando um passo importante para a realização dos interesses de grupos econômicos hegemônicos. Atuando de forma a complementar a ações e formas de reprodução ampliada do capital, o Estado além de criar políticas públicas, regulamenta juridicamente terras devolutas por meio de leis, cria infra-estrutura para atender essas necessidades (produção, circulação e distribuição), facilitando rapidez no transporte de mercadorias, fábricas ou portos exportadores (Cf. THOMAZ JR, 2002; 2007).

Assim, a modernização empreendida além de ser socialmente excludente, concentrada e ambientalmente insustentável, se consolida por meio de pesados custos sociais e se realiza com amplo amparo do Estado. Em função dos investimentos governamentais apoiarem o setor privado, algumas estruturas sociais, territoriais e políticas se mantêm intocáveis, ainda que incompatíveis com os pressupostos do crescimento econômico com equidade social e espacial.

Esse processo, ou essa dinâmica, pode ser observado em escala local, quando observamos a paisagem, hoje, do Pontal do Paranapanema, a qual vem sendo sistematicamente alterada pela ocupação da atividade canavieira quem tem produzido uma série de desigualdades no campo.

A sociedade capitalista agrária no Pontal do Paranapanema

A ocupação de terras no Pontal do Paranapanema é reveladora da forma como se processou a sociedade agrária, de base capitalista, na região: da incorporação das terras devolutas para cafeicultura e, posteriormente, pelas pastagens extensivas. À medida que essa formação capitalista se constituía e generalizava, criava-se um quadro de reorganização do espaço agrário vinculado à concentração da propriedade fundiária, pois as terras devolutas são transformadas em propriedades privadas. Essa apropriação privada das terras devolutas disponíveis na região resultou de um processo violento de expropriação da população local⁴.

⁴ Cf. LEITE, 1998.

São essas, em forma breve, as condições sob as quais se estabeleceram os rearranjos produtivos na região. De forma intensa as terras foram ocupadas transformam-se os grandes latifúndios, iniciando um processo acentuado e estruturalmente significativo da instauração da burguesia e capitalismo agrários na região.

A despeito da consolidação de uma forma de ocupação e de economia regional de base pecuária, as estruturas sociais vão se (re)articulando e criando novos (re)arranjos de forma a ampliar a reprodução do capital. É assim, que está em curso um o processo de expansão/territorialização do capital sucroalcooleiro na região do Pontal do Paranapanema.

Embora não possamos afirmar que tem havido uma mudança na estrutura fundiária, devido a substituição da pecuária extensiva, há um rearranjo das estruturas produtivas, à medida que observamos que com a expansão da atividade canavieira, mudam-se as relações de produção.

À medida que vem se desenvolvendo, a agroindústria canavieira vem impondo uma modificação substantiva no sistema econômico-social e político da região. De forma breve, vejamos alguns aspectos das modificações ocorridas:

- a) pastagens e outras culturas brancas (milho, algodão, feijão) vêm sendo substituídas por extensos canaviais; a pequena propriedade de base familiar vem sendo subjugada aos interesses do capital agroindustrial ao arrendar terras para o plantio da cana;
- b) as mudanças nessa dinâmica de forças produtivas têm provocado alterações na dinâmica e na precarização do trabalho uma vez que um contingente cada vez maior de pequenos agricultores “desterreados” têm engrossado as fileiras de bóias-frias nas agroindústrias canavieiras;
- c) como uma região de grandes extensões de terras devolutas, o Pontal do Paranapanema constitui-se numa região de intensos conflitos envolvendo movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária e latifundiários;
- d) há, ainda nesse sentido, um interesse cada vez maior por parte do Estado e dos latifundiários em legitimar as terras devolutas que foram apropriadas por meio de grilagem, resultando então, num forte embate político (THOMAZ JR., 2007).

É assim, que em nossa região, vem ocorrendo uma transição: da atividade de pecuária extensiva para a monocultura da cana-de-açúcar.

Para ajustarem-se às novas demandas do capital, os latifundiários/empresários rurais/proprietários de canaviais se vêem na emergência de reorganizarem suas empresas dinamizando seus empreendimentos. Ao longo dessa última década o que vimos, então, é a generalização de novos padrões capitalistas de produção, por influência do mercado de biocombustíveis; das disponibilidades de terra, capital, tecnologia e força de trabalho.

A expansão das atividades produtivas relacionadas ao preparo da terra, plantio, transporte, entre outras, além de propiciar a intensiva mecanização, do uso de fertilizantes e defensivos, do acesso ao crédito, do incremento de políticas públicas, são evidências do desenvolvimento das forças produtivas e das relações capitalistas no espaço agrário do Oeste Paulista, particularmente no Pontal do Paranapanema. É nesse contexto, então, que a composição da força de trabalho empregada na região vem sendo modificada.

A época de safra é a época do pleno emprego e chegam às cidades trabalhadores de fora, principalmente nordestinos e mineiros, para trabalhar no corte da cana. A rigor, o processo de desenvolvimento da agricultura em bases capitalistas sempre promoveu a expulsão da população rural para as cidades. Entretanto, à medida que se aprofundou e se generalizou o processo de proletarização, que é inerente à expansão da modernização

da agricultura, provocou um rearranjo das forças produtivas, transferindo para a cidade um contingente significativo da população agrária em função da mecanização, impactando diretamente as relações de trabalho.

No atual processo de reestruturação produtiva, a demanda por novas formas de contratação e de controle da força de trabalho implementa novas estratégias para ampliar o número de trabalhadores formais. Entretanto, a essa configuração do emprego está vinculada aos ritmos impostos pela ação e demanda capitalistas; isto é, a divisão técnica e territorial do trabalho desenvolve-se em graus e ritmos diferentes a depender de onde o capital se instala. E é aí que vai produzir os grandes impactos na estrutura do mercado de trabalho tanto no campo quanto na cidade.

O que queremos ressaltar é que a medida que a atividade canavieira se expande e predomina a monocultura, esta eleva a composição orgânica do capital e acentua-se a divisão técnica e territorial do trabalho. O trabalhador como fornecedor de força de trabalho, sua produção vai ser sempre apropriada pelo sistema econômico, constituindo sempre o elo fragilizado dessa relação. Daí a sua sempre subordinação. Subordinação sempre às novas exigências de produção. Nesse sentido, a agroindústria longe de ser uma solução agravou o problema da fome, despossessão e precarização do trabalho.

A insustentabilidade desse modelo no Brasil fica ainda mais evidente, se a seus custos econômicos forem agregados os custos ambientais. Estudos recentes vêm demonstrando que, quando se contabiliza a degradação ambiental, a receita real de países com economias dependentes do uso dos recursos naturais, acaba ficando muito abaixo dos cálculos oficiais. Tais estudos têm uma importância que extrapola o caráter acadêmico, uma vez que os indicadores positivos de crescimento econômico tendem a estimular os governos (numa escala macro) e os agricultores (numa escala micro) a manterem o atual modelo de agricultura. Neste sentido, é pertinente levantar a hipótese de que, se forem contabilizados os custos ambientais, o crescimento econômico de várias regiões agrícolas do Brasil está sendo alcançado à custa do desenvolvimento a taxas negativas ou muito próximas a zero. Há alguns anos essa hipótese soaria como infundada e alarmista. Hoje, ela possui uma carga de incômodo realismo.

Considerações Finais

A trajetória do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento econômico foi fortemente estimulado por política públicas em sintonia com o paradigma desenvolvimentista, e que reforçou, no plano rural, a promoção de um modelo de industrialização agrícola. Essa opção fez com que se privilegiasse, em quase todo o território brasileiro, a grande produção, em detrimento de uma produção das pequenas unidades familiares, da agricultura camponesa ou agricultura familiar. Estas sempre vistas como práticas atrasadas e como reserva de mão-de-obra para o setor moderno da agricultura.

Apoiado em cifras bastante vultosas, o agronegócio vem sendo propalado pelo discurso dominante como o grande motor do desenvolvimento econômico do país. Desenvolvimento, então, identificado como crescimento do PIB e do PNB, aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico, ou modernização. No entanto, esse mesmo discurso contrasta com as principais formas de privação: pobreza, exploração, condições de trabalho desumanas, superexploração, etc., ou seja, todas as formas cristalizadas resultantes do modo capitalista de produção.

Os discursos, tais como o discurso do desenvolvimento no meio rural, economicista em sua grande maioria, são produtores de verdades poderosas desde a forma de criar/produzir territórios até a forma de neles intervir.

Assim, pensar em modificar a “ordem do discurso” é uma questão política que incorpora a prática coletiva de sujeitos sociais e no caso do desenvolvimento rural pode e deve ser discutido a partir de concepções que incorporem a crítica às formas convencionais de pensar o desenvolvimento no espaço rural para dar vez e voz a outras formas de produção de conhecimento e de experiências, tais como as da agricultura camponesa.

O mesmo processo que promoveu a modernização da agricultura, com seus efeitos ambientais predatórios, engendrou a fragmentação e a decomposição social e econômica da pequena agricultura familiar. Limitados no acesso a terra, excluídos dos benefícios das políticas públicas, os agricultores familiares se vêem progressivamente reduzidos a estruturas inviáveis e à perda das suas condições de produção.

Após quase quatro décadas da intensificação do processo modernizante na agricultura, há de se fazer uma revisão crítica sobre o grau de alcance das metas programadas para este setor e de seus custos no contexto do desenvolvimento brasileiro.

A magnitude dos impactos negativos desse processo sobre a sociedade é indiscutível e sobre os ecossistemas naturais não deixa dúvidas quanto a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento adotado.

O agronegócio está longe, então, de se transformar em alternativas para o conjunto da classe trabalhadora, uma vez que sua natureza altamente concentradora e excludente, não possibilita que seus produtos sejam distribuídos de forma mais igualitária. Resta, neste sentido, que a classe trabalhadora continue se organizando e possa construir alternativas a este modelo de forma que este seja viabilizado não enquanto um paradigma ou modelo econômico, mas possa ser construído como estratégia de vida; sedimentado em base de troca e do uso da terra como valor de uso da terra e da produção.

Referências Bibliográficas

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo rural Brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec/Fundação Unesp, 1998. [1981]

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.58, p.5-64, 1981.

OLIVEIRA, A. U. Os mitos do agronegócio. *XII Encontro Nacional do MST*. São Miguel do Iguçu, PR, de 19-24 de janeiro de 2004.

THOMAZ JR., A. *Por trás dos canaviais, os nós da cana*. São Paulo/FAPESP, 2002.

THOMAZ JR., A. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. *Candeia/IFAS*. v. 4, n. 6, novembro de 2003.

THOMAZ JR., A. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho”. *Revista Scripta Vetera*. Universidade de Barcelona. Barcelona, 2005. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sv-87.htm.

THOMAZ JR., A. *Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais*. 2007(mimeo).

THOMAZ JR., A. *Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho e da Luta de Classes no Brasil no Limiar do Século XXI*. Relatório de pesquisa, 2008 (mimeo).